



Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Economia e
Obras Públicas

Deputado Pedro Pinto

Lisboa, 17 de abril de 2014

Assunto - Audição Potestativa da Comissão de Acompanhamento de Privatização da ANA

O PS considera fundamental que seja devidamente esclarecido todo o processo de privatização da empresa pública ANA - Aeroportos de Portugal e a decisão acerca do novo aeroporto, uma vez que o Governo não defendeu o interesse estratégico nacional.

A comissão de acompanhamento da privatização da ANA - Aeroportos de Portugal, considerou que faltou uma avaliação prévia independente da empresa vendida ao grupo francês Vinci por 3.080 milhões de euros, matéria que merece ser apreciada em sede parlamentar.

No relatório final da comissão de acompanhamento que foi divulgado seis meses após a conclusão do negócio, a comissão de acompanhamento afirma desconhecer "a realização de qualquer avaliação prévia e independente, bem como a fixação de um preço base".

Outro dado preocupante e que importa esclarecer, resulta do fato desta Comissão considerar que ocorreram alterações regulatórias a meio do processo e existiu uma menor consideração quanto ao novo aeroporto de Lisboa.

Para o PS, o relatório prova que o Governo não tem defendido o interesse público, não o tendo feito no passado, no presente e também não o defendendo para o futuro.



O Governo não defendeu no passado porque não existiram avaliações independentes, mas como consta do relatório, houve regras que mudaram a meio do jogo e o contrato de concessão foi assinado poucas horas antes da apresentação de propostas vinculativas.

Acresce que, as taxas aeroportuárias continuam a aumentar, confirmando o que o PS tem dito, existindo uma desregulação económica no processo.

Por fim, o Governo não defendeu o interesse público para o futuro porque a comissão refere, a propósito do novo aeroporto de Lisboa, que será o concessionário da ANA a propor esse novo aeroporto e o Governo só terá duas opções: ou entra num acordo, o que segundo o relatório da comissão de acompanhamento não exclui encargos para o Estado com infraestruturas de acesso e com o novo aeroporto, ou resgata a concessão.

Assim, e considerando que na Reunião da Comissão de Economia e Obras Públicas, do passado dia 26 de março, os Partidos que suportam o Governo chumbaram o anterior requerimento do PS para a audição da Comissão de Acompanhamento e Privatização da ANA, vêm os Deputados do PS, nos termos do n.º 4 do art.º 104º do Regimento da Assembleia da República, em conjugação com a al. b) do n.º 2 do art.º 102 do mesmo Regimento, requerer a Audição Potestativa da Comissão de Acompanhamento de Privatização da ANA em sede de Comissão de Economia e Obras Públicas.

Lisboa, 17 de abril de 2014

Os Deputados do Partido Socialista,

Rui Paulo Figueiredo e Miguel Freitas